



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008233-95.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Exequiente: **Marcelo Guerreiro Delfino**  
 Executado: **Mrv Engenharia e Participações S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A impugnação ao cumprimento de sentença de folhas 29/37 deve ser rejeitada, porque não há excesso de execução. Explico:

A sentença, confirmada pelo v. Acórdão, condenou os executados no pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 18.100,00, a ser corrigida a partir da publicação da sentença e acrescida de juros de mora a partir da citação, bem como no pagamento das custas e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor da indenização.

Assim, o termo inicial para a contagem dos juros de mora é o mês de março de 2013 (folhas 80), enquanto que o termo inicial para a correção monetária é o mês de junho de 2014.

Não assiste razão à executada ao alegar que o exequente aplicou juros compensatórios, tendo em vista que na planilha de folhas 02 constam apenas os juros moratórios.

Dessa maneira, corretos os cálculos do exequente. Acompanhe:

A) Correção Monetária

R\$ 18.100,00

Termo inicial: 06/2014: índice TJSP 54,385647

Termo final: 08/2015: índice TJSP 59,951381

$R\$ 18.100,00 \div 54,385647 \times 59,951381 = R\$ 19.952,32$  (exatamente o valor constante da planilha de folhas 02).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

B) Juros de Mora (29 meses)

Termo inicial: 03/2013

Termo final: 08/2015

R\$ 19.952,32 x 29% = **R\$ 5.786,17** (exatamente o valor constante da planilha de folhas 02).

Subtotal A + B = **R\$ 25.738,49**

C) Honorários Advocatícios – 20% do valor da condenação (R\$ 25.738,49)

R\$ 25.738,49 x 20% = **R\$ 5.147,69** (exatamente o valor constante da planilha de folhas 02).

D) Custas = R\$ 180,73

Soma do total devido até agosto de 2015 = (A + B) + C + D =

R\$ 25.738,49 + R\$ 5.147,69 + R\$ 180,73

**TOTAL DEVIDO ATÉ AGOSTO DE 2015 = R\$ 31.066,91** (exatamente o valor constante da planilha de folhas 02).

Diante do exposto, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença, declarando como devido pela executada ao exequente, a quantia de R\$ 31.066,91, atualizada e acrescida de juros de mora até agosto de 2015, julgando extinta a execução, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil.

Após o trânsito em julgado, expeça-se guia de levantamento do depósito de folhas 28 em favor do exequente.

Certificado o recolhimento de eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 21 de outubro de 2015.

**Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**